

Professor auxiliar convidado do Departamento de Direito da Universidade Internacional, desde 9 de Junho de 1998.

Habilitações académicas

Licenciatura e mestrado em Direito, Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Admitido a doutoramento em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (deliberação do conselho científico de 12 de Abril de 2000);

Realização com aproveitamento do CAGEP — curso avançado de gestão pública no ano de 2006, realizado pelo Instituto Nacional de Administração Pública.

Trabalhos publicados:

«Arguição da invalidade das deliberações do conselho de administração das sociedades anónimas», in *Estudos em Honra de Ruy de Albuquerque*, Coimbra Editora, 2006, pp. 175-203;

«Garantia bancária autónoma à primeira solicitação: algumas questões», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Teles*, vol. II, «Direito bancário», Almedina, 2002, pp. 289-426;

«Renda e encargos no contrato de arrendamento urbano», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Teles*, vol. III, «Direito do arrendamento urbano», Almedina, 2002, pp. 87-157;

«Garantia bancária autónoma à primeira solicitação» (dissertação de mestrado), versão policopiada existente na biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa;

«Vidas em risco», in *Vida e Direito — Reflexões sobre Um Referendo*, Lisboa, Principia, 1998, pp. 31 e 32. (2.ª ed. de 2004);

«Do Provedor de Justiça Europeu: algumas considerações», in *Ab Vno Ad Omnes — 75 anos da Coimbra Editora*, Coimbra, 1998, pp. 1227-1266;

«Acerca da forma no contrato de mandato», in *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, 1997, n.º 2, pp. 371-409;

«Sobre os pactos de jurisdição na Convenção de Bruxelas de 1968: uma breve abordagem ao artigo 17», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 1996, n.º 2, pp. 407-452;

Acerca da Denúncia no Contrato de Arrendamento Urbano para Habitação, Lisboa, Lex, 1996;

«Do Provedor de Justiça Europeu: algumas considerações», in *XX Aniversário do Provedor de Justiça — Estudos*, Lisboa, 1995, pp. 303-337;

Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, Introdução e Notas, Lisboa, AAFDL, 1994;

«Tramitação dos recursos para a secção do contencioso tributário do Supremo Tribunal Administrativo relativos a decisões judiciais proferidas em processos de execução fiscal», in *Revista de Direito Público*, ano VI, 1993, n.º 12;

«Acerca da invalidade e deliberações sociais no actual direito societário português» (texto existente na biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa, numa versão policopiada de 1992).

Outros dados relevantes:

Participação como conferencista em diversos seminários e congressos relacionados com o ambiente e o ordenamento do território;

Coordenador nacional da rede IMPEL (rede europeia sobre legislação ambiental), desde 2003;

Participação como conferencista em diversos encontros e seminários sobre matérias de direito comunitário;

Possui alguns louvores públicos.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus

Louvor n.º 526/2008

Ao cessar as funções no meu gabinete, louvo publicamente o meu adjunto capitão-de-fragata José Nuno dos Santos Chaves Ferreira pelo elevado nível profissional com que executou todas as tarefas que lhe foram atribuídas, bem como enquanto substituto nas ausências e impedimentos do meu chefe de gabinete. Aquelas tarefas levou-as sempre a cabo com rigor, competência e lealdade inexcusáveis. Saliento ainda a excelência do seu contributo na preparação, coordenação e acompanhamento da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Estou certo que o capitão-de-fragata José Nuno dos Santos Chaves Ferreira

continuará no futuro a demonstrar as mesmas qualidades pessoais e profissionais que fazem dele um exemplar servidor do Estado.

23 de Julho de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Manuel Lobo Antunes*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Despacho n.º 20366/2008

Considerando que a EDIA — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., pretende emitir um empréstimo obrigacionista, no montante de € 93 500 000, destinado ao financiamento parcial do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva;

Considerando que o referido projecto de investimento se reveste de grande interesse nacional por representar uma obra de aproveitamento dos recursos hídricos associados ao rio Guadiana, contribuindo para a promoção e o desenvolvimento económico e social da região do Alentejo;

Considerando que foi ouvido o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, nos termos do disposto na alínea t) do n.º 1 do artigo 6.º dos respectivos estatutos;

Considerando que o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, por despacho de 26 de Março de 2008, exarado no parecer elaborado nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro, emitiu parecer favorável à emissão deste empréstimo obrigacionista, bem como à concessão da respectiva garantia pessoal do Estado;

Instruído o processo pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, ao abrigo do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro, e no n.º 1 do artigo 105.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e ao abrigo da delegação de competências proferida nos termos do n.º 2.8 do despacho n.º 19 634/2007, de 30 de Julho, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 30 de Agosto de 2007:

Autorizo:

1 — A EDIA — Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S. A., a emitir obrigações no montante de € 93 500 000, nas condições financeiras constantes da ficha técnica anexa.

2 — A concessão da garantia pessoal do Estado, para cumprimento das obrigações de capital e juros no âmbito do empréstimo obrigacionista em questão.

3 — A fixação da taxa de garantia em 0,2 % ao ano.

17 de Abril de 2008. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

Ficha técnica

Emitente: EDIA — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A.

Finalidade: financiamento parcial do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva.

Montante da emissão: € 93 500 000.

Modalidade: obrigações de taxa variável por subscrição particular e directa.

Joint lead managers:

Caixa — Banco de Investimento, S. A.;

DEPFA BANK, PLC;

Banco Efisa, S. A.

Valor nominal das obrigações: € 50.000 (cinquenta mil euros).

Subscritores das obrigações: as obrigações serão subscritas pelo DEPFA BANK plc e pelo Caixa — Banco de Investimento, S. A.

Prazo: três anos, a contar da data de subscrição.

Reembolso: o reembolso de cada obrigação será efectuado, por redução do respectivo valor nominal, em três prestações de capital, anuais e sucessivas, com os seguintes valores:

€ 16 666,666666666;

€ 16 666,666666666; e

€ 16 666,666666668.

Taxa de juro: taxa EURIBOR a seis meses, verificada dois dias úteis antes da data de início de cada período de contagem de juros, acrescida de uma margem.

Esta margem será determinada na data da emissão, de modo a que o *all-in spread* da emissão seja 0 %, considerando a margem (negativa) e a comissão de garantia de subscrição.

Pagamento de juros: os juros serão pagos semestral e postecipadamente.

Agente pagador: Banco Efisa, S. A.

Registo/liquidação: as obrigações serão inscritas na Central de Valores Mobiliários gerida pela INTERBOLSA — Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S. A.

Admissão à cotação: na data de emissão, as obrigações serão admitidas à negociação no *Euronext by Euronext Lisbon*.

Legislação aplicável: lei portuguesa.

Garante: República Portuguesa.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 20367/2008

Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Helena Maria Fernandes Rebelo dos Santos licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Determino que:

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Helena Maria Fernandes Rebelo dos Santos, pelo período de dois anos, com efeitos a 1 de Julho de 2008.

23 de Julho de 2008. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

Despacho n.º 20368/2008

Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Alorino Aires Evaristo de Noruega licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Determino que:

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Alorino Aires Evaristo de Noruega, pelo período de um ano, com efeitos a 1 de Agosto de 2008.

23 de Julho de 2008. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

Despacho n.º 20369/2008

Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Maria Teresa Lorena Crato Fogaça Rodrigues da Costa Gomes licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Determino que:

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Maria Teresa Lorena Crato Fogaça Rodrigues da Costa Gomes, pelo período de um ano, com efeitos a 1 de Agosto de 2008.

23 de Julho de 2008. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

Despacho n.º 20370/2008

Considerando que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Maria do Céu de Oliveira Rosa Almeida Chantre licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Determino que:

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Maria do Céu de Oliveira Rosa Almeida Chantre pelo período de um ano, com efeitos a 1 de Setembro de 2008.

23 de Julho de 2008. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

Direcção-Geral dos Impostos

Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos

Aviso (extracto) n.º 21154/2008

Por despachos da Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, e do Inspector-Geral de Finanças, de 2008.07.08 e 2008.07.16, respectivamente foi autorizada a prorrogação da requisição da inspectora de finanças superior, Maria Isabel Vicente Pereira, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral de Finanças, com efeitos a 01 de Agosto de 2008, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro.

23 de Julho de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Despacho n.º 20371/2008

Na sequência do pedido de cessação de funções do chefe de Divisão de Segurança e Auditoria, nomeado em regime de substituição, é necessário proceder à nomeação de novo dirigente, de forma a garantir o normal funcionamento da estrutura orgânica, bem como a sua rápida consolidação com vista à realização das suas atribuições.

Considerando que o licenciado Pedro Miguel Barata Pereira possui os requisitos legais exigidos, assim como a capacidade e a experiência profissional adequadas ao exercício das funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido e evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau da Divisão de Segurança e Auditoria, o licenciado Pedro Miguel Barata Pereira, especialista de informática grau 1, nível 2, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Agosto de 2008.

18 de Julho de 2008. — O Director-Geral, *Luís Pinto*.

Síntese curricular

Identificação:

Nome — Pedro Miguel Barata Pereira;

Data de nascimento — 29 de Setembro de 1967;

Habilitações e formação académicas — Licenciatura em Informática no ISTE;

Actividade profissional:

Especialista de Informática da DGITA;

Desde Junho de 2007, elemento da Divisão de Segurança e Auditoria, Coordenador do Projecto de Segurança de Web Services; Coordenador do Projecto de segurança e protecção da solução de mobilidade para a Rede RITTA;

Coordenador do Projecto de Protecção da rede interna da rede RITTA;

De Fevereiro de 2004 a Maio de 2007, na área de *networking*, com responsabilidades na coordenação da gestão da rede de comunicações da rede RITTA; gestor da rede comunitária do CCN (ao nível do Estado membro), responsável pela implementação dos requisitos de segurança da rede CCN; elemento da coordenação do projecto de implementação da renovação tecnológica da rede de comunicações RITTA;